

**A REEXISTÊNCIA CULTURAL AFRO-INDÍGENA NA  
EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA FORMATIVA, MEMÓRIA, SABERES E  
PERTENCIMENTO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

<sup>1</sup>José Diego Silva Reis

<sup>2</sup>Gracy Kelly Monteiro Dutra

**Resumo**

Este artigo analisa a reexistência cultural afro-indígena no campo da educação, articulando trajetória formativa, memória, saberes tradicionais e pertencimento identitário no contexto amazônico, com ênfase no município de Parintins (AM). A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza (auto)biográfica, ao mobilizar experiências pessoais como elemento constitutivo da investigação. O estudo problematiza os processos de invisibilização da população negra e os mecanismos de apagamento simbólico que sustentam as desigualdades raciais. O referencial teórico dialoga com Santos (2022), Bourdieu (2004), Gomes (2012; 2017), Hall (2003), Nascimento (1980), além de autores do campo (auto)biográfico, como Josso (2004), Delory-Momberger (2008) e Oliveira, Costa e Oda (2024). Os resultados evidenciam que práticas culturais afro-indígenas, especialmente em espaços educativos não formais, contribuem significativamente para a construção da identidade étnico-racial, promovendo pertencimento, valorização da ancestralidade e enfrentamento ao racismo. Conclui-se que tais práticas constituem importantes estratégias educativas e políticas na consolidação de uma educação antirracista.

**Palavras-chave:** Educação afro-indígena; identidade étnico-racial; autobiografia; cultura; educação não formal.

**Introdução**

Pensar a escolha de um tema de pesquisa no campo das Ciências Humanas e da Educação exige reconhecer que esse processo não se constrói a partir da neutralidade ou do distanciamento técnico. Ao contrário, ele se tece na vida concreta, nas experiências acumuladas, nas inquietações silenciosas e nos atravessamentos históricos que moldam o sujeito ao longo de sua trajetória. É nesse entrelaçamento entre vida e formação que este artigo se constitui, emergindo de um percurso marcado pela experiência pessoal, pela formação acadêmica e pela

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, CESP-UEA. Natural de Parintins-AM. Bolsista do Projeto PADEX Cultural: Educação Patrimonial e Formação Cultural. E-mail: jdsrs.ped23@uea.edu.br

<sup>2</sup> Professora, Doutora, Gracy Kelly Monteiro Dutra, co - autor: gkmdutra@uea.edu.br

aproximação progressiva com os debates sobre identidade étnico-racial, educação e reexistência cultural afro-indígena no contexto amazônico.

Foi aos 22 anos de idade que ingressei no ensino superior, no curso de Pedagogia, depois de um longo tempo de espera, marcado por frustrações, dúvidas e pela sensação persistente de que esse sonho talvez não se realizasse. Como acontece com tantos jovens oriundos das classes populares, a universidade parecia um espaço distante, quase inalcançável. Quando finalmente esse acesso se concretizou, ele não representou apenas uma conquista individual, mas a materialização de um projeto coletivo, construído com o esforço de uma família humilde, formada por trabalhadores que, ao longo de anos, enfrentaram jornadas exaustivas, sob o sol intenso, sem descanso, para garantir o sustento e a dignidade dentro de casa. Estar na universidade, nesse sentido, tornou-se também um ato de resistência.

Essa trajetória se construiu inteiramente na escola pública, espaço que, ao mesmo tempo em que possibilitou acesso ao conhecimento formal, também reproduziu desigualdades históricas e padrões culturais hegemônicos. Cresci no interior do estado do Amazonas, em um contexto no qual a escola, a mídia e as relações sociais reforçavam, de maneira quase imperceptível, modelos eurocêntricos de cultura, comportamento e identidade. Durante muito tempo, tais modelos foram naturalizados como referências universais, ensinando-me a olhar para mim e para o mundo a partir de parâmetros que desconsideravam os saberes locais, os conhecimentos ancestrais e as formas de vida dos povos indígenas e das populações negras que sustentam a história e a cultura desta região.

Esse processo de naturalização pode ser compreendido como um apagamento simbólico profundo. Assim como uma planta invasora que se espalha silenciosamente e sufoca as espécies nativas, a lógica eurocentrada, imposta desde o período colonial, expandiu-se de forma agressiva, destruindo saberes ancestrais, silenciando culturas e rompendo vínculos com a memória coletiva. Trata-se de um processo histórico violento, que atravessa gerações e encontra no campo educacional um de seus principais meios de reprodução, sobretudo quando a escola se distancia da realidade sociocultural de seus sujeitos.

Nesse cenário, o ingresso no curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas, representou um ponto de inflexão. A formação acadêmica passou a provocar deslocamentos, questionamentos e rupturas com verdades até então naturalizadas. Disciplinas como Antropologia da Educação abriram espaço para revisitar minha própria história,

permitindo compreender a educação como um campo atravessado por disputas simbólicas, políticas e culturais. Em 2026, cursando o sexto período do curso, reconheço que esse processo formativo tem sido decisivo para o fortalecimento da minha identidade étnico-racial e para a construção de um olhar mais crítico sobre as estruturas que historicamente marginalizam determinados grupos sociais.

Esse movimento de ressignificação foi aprofundado a partir da experiência como bolsista do Projeto PADEX, intitulado *“Educação Patrimonial e formação cultural em Parintins: uma perspectiva afro-indígena e antirracista”*. A vivência nesse projeto ampliou meu entendimento sobre a cultura afro-indígena presente no município de Parintins, revelando-a como prática viva, dinâmica e resistente, e não como simples herança do passado. Foi nesse contato mais direto com os saberes tradicionais que se fortaleceu o interesse em compreender como esses conhecimentos se constituem como processos educativos fora do espaço escolar.

Nesse percurso, o encontro com o **Centro Cultural Ogum Beira-Mar e Cabocla Mariana** assumiu um papel central. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho comprometido com a inclusão social, o empoderamento de comunidades vulneráveis e a valorização da cultura afro-indígena. Mais do que um espaço religioso, o centro se firma como território cultural, educativo e político, dedicado à promoção da igualdade e ao enfrentamento das múltiplas formas de exclusão que incidem sobre essas populações.

O trabalho desenvolvido pelo Centro Cultural Ogum Beira-Mar e Cabocla Mariana evidencia uma preocupação constante em dar visibilidade a uma cultura historicamente marginalizada, estigmatizada e silenciada. Suas práticas se orientam pelo compromisso com o combate ao racismo, ao preconceito religioso e às desigualdades sociais, reafirmando a cultura afro-indígena como fonte legítima de saber, dignidade e pertencimento. Nesse espaço, a educação se realiza por meio da vivência coletiva, da oralidade, da corporeidade e do respeito às ancestralidades.

Foi nesse ambiente que passei a compreender, de forma mais sensível e concreta, que a cultura afro-indígena não apenas resiste, mas educa, forma e transforma. As atividades desenvolvidas pelo centro, envolvendo crianças, jovens e adultos, revelam uma pedagogia do cuidado, da memória e da coletividade, fortalecendo identidades e promovendo processos de autonomia e valorização cultural. O zelo com a memória ancestral e a forma ética com que se

enfrentam as violências simbólicas despertaram em mim um sentimento profundo de afeto, respeito e orgulho por esse espaço.

Ao acompanhar de perto essas práticas, tornou-se evidente que se trata de um contexto educativo não formal extremamente potente, capaz de promover aprendizagens significativas que, muitas vezes, não encontram espaço na educação escolar tradicional. Trata-se de um ambiente em que o conhecimento se constrói na relação com o outro, com a história e com o território, reafirmando a educação como prática viva e situada.

É desse encontro entre trajetória pessoal, formação acadêmica e prática social que se consolida o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso: **“Cultura afro-indígena e identidade étnico-racial: práticas antirracistas em contextos educativos não formais”**. Esse tema não surge ao acaso, mas como resultado de uma caminhada marcada por resistência, pertencimento e compromisso com uma educação que reconhece, valoriza e respeita as múltiplas identidades que constituem a sociedade brasileira.

Assim, está escrita se encerra como memória e se projeta como continuidade. A partir desse ponto, o artigo avança para o debate teórico e metodológico que fundamenta a pesquisa, reafirmando que produzir conhecimento, especialmente no campo da Educação, é também um ato de posicionamento ético, político e histórico.

Nesse sentido, a escolha do tema não se constitui de forma neutra, mas emerge das experiências vividas, das inquietações e dos processos formativos que atravessam minha trajetória. A escrita autobiográfica, portanto, assume papel central nesta pesquisa, ao possibilitar a articulação entre vida, formação e produção de conhecimento.

Conforme Oliveira, Costa e Oda (2024), autobiografar-se implica produzir narrativas que entrelaçam experiências e subjetividades, permitindo a construção de outros modos de viver, pesquisar e professorar.

Diante disso, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: **como as práticas culturais afro-indígenas, em contextos educativos não formais, contribuem para a construção da identidade étnico-racial em Parintins?**

Objetivo geral consiste em **analisar a contribuição dessas práticas na construção da identidade étnico-racial**.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza (auto)biográfica, que articula vivências pessoais, observação e diálogo com referenciais teóricos críticos no campo da educação.

## **1. A invisibilização histórica da população negra em Parintins e os processos de apagamento social**

A história social de Parintins evidencia que a presença negra foi fundamental para a constituição do município, tanto no campo do trabalho quanto na formação cultural e na organização comunitária. No entanto, essa presença foi progressivamente silenciada por narrativas oficiais que privilegiaram determinadas matrizes identitárias em detrimento de outras. Tal silenciamento não se expressa apenas pela ausência de registros históricos, mas pela construção ativa de um imaginário social que minimiza ou ignora a contribuição da população negra na formação local.

À luz dessa configuração histórica, o apagamento da presença negra em Parintins deve ser compreendido como parte de um processo mais amplo, relacionado à forma como a sociedade brasileira se estruturou a partir de hierarquias raciais herdadas do período colonial. A invisibilização da população negra, nesse sentido, não se apresenta como um fenômeno isolado ou localizado, mas como resultado de uma lógica social que organiza o poder, o conhecimento e a memória coletiva. No contexto parintinense, essa lógica manifesta-se na escassez de referências negras nos espaços públicos, nos currículos escolares e nas produções historiográficas locais, contribuindo para a naturalização da exclusão racial.

Sob essa perspectiva analítica, o conceito de racismo estrutural permite compreender como essas desigualdades são reproduzidas pelas próprias instituições sociais. Ao analisar a formação histórica do país, Santos (2022) demonstra que o racismo está profundamente ligado aos processos de colonização, escravidão e construção das instituições brasileiras, estruturando as relações sociais e as desigualdades ao longo do tempo. Tal compreensão evidencia que o apagamento da memória negra em Parintins não decorre da ausência de protagonismo histórico, mas de escolhas políticas e culturais que definem quais narrativas são legitimadas socialmente.

Dessa forma, a invisibilização da população negra produz efeitos duradouros na construção da memória coletiva e no reconhecimento social, reforçando hierarquias raciais que comprometem a valorização da diversidade étnico-racial no município.



## **2 Apagamento simbólico e negação da memória: a produção da violência racial**

A negação da presença negra em Parintins não opera apenas no plano histórico, mas produz efeitos profundos no campo simbólico. Quando a memória de um grupo é sistematicamente silenciada, cria-se um cenário no qual sua existência social é deslegitimada, comprometendo o sentimento de pertencimento e a afirmação identitária. O apagamento simbólico, portanto, configura-se como uma forma sofisticada de violência racial, frequentemente naturalizada no cotidiano social.

Nesse horizonte, a violência simbólica se manifesta quando determinados saberes, culturas e histórias são considerados legítimos e universais, enquanto outros são tratados como inferiores ou irrelevantes. Trata-se de um mecanismo que atua de maneira silenciosa, moldando percepções, valores e representações sociais. Bourdieu (2004, p.154) conceitua esse processo como uma dominação que se exerce “com a cumplicidade daqueles que a sofrem”, justamente por se apresentar como algo natural e incontestável.

No contexto parintinense, essa dinâmica de invisibilização não se apresenta apenas como um fenômeno histórico, mas também como uma realidade vivenciada ao longo da minha própria trajetória escolar, marcada pela ausência de referências negras e afro-indígenas nos conteúdos e nas práticas pedagógicas. Tal silenciamento afeta diretamente as trajetórias dos sujeitos negros, que crescem sem referências positivas de sua ancestralidade. Ao tratar dessa dinâmica em âmbito nacional, Nascimento (1980, p. 41) alerta que o genocídio do negro brasileiro também se concretiza “na destruição sistemática de sua memória histórica e cultural”.

Assim, a negação da memória negra não apenas distorce o passado, mas compromete o presente, limitando as possibilidades de reconhecimento social e de justiça histórica para a população negra.

## **3. A cultura afrodescendente como espaço de resistência e reexistência social**

Apesar das múltiplas formas de exclusão, a população negra em Parintins construiu estratégias de enfrentamento que se materializam, sobretudo, nas práticas culturais e religiosas de matriz africana. Essas manifestações ultrapassam o caráter meramente expressivo e configuram-se como territórios de produção de saberes, memória e identidade. A cultura



afrodescendente, nesse sentido, assume um papel político ao confrontar diretamente o silenciamento histórico imposto à população negra.

As práticas culturais negras articulam oralidade, corporeidade, ancestralidade e vivência comunitária, rompendo com a lógica eurocêntrica que historicamente deslegitimou esses modos de conhecimento. Ao manter vivas essas práticas, a população negra não apenas preserva tradições, mas ressignifica sua existência no presente, produzindo sentidos próprios de pertencimento. Gomes (2017, p. 23) destaca que “os saberes construídos nas culturas negras são frutos de processos históricos de luta e criação coletiva”, o que reforça seu caráter formativo e emancipatório.

A religiosidade de matriz africana ocupa lugar central nesse processo, funcionando como espaço de acolhimento, educação e fortalecimento identitário. Prandi (2005, p. 67) ressalta que os terreiros constituem “comunidades de aprendizagem, nas quais se constroem valores, hierarquias simbólicas e sentidos de pertencimento”. Em Parintins, esses espaços reafirmam a dignidade da cultura negra e enfrentam o preconceito religioso e racial que historicamente os marginaliza.

Dessa maneira, a cultura afrodescendente deixa de ocupar um lugar periférico e passa a ser reconhecida como espaço legítimo de produção de conhecimento, memória coletiva e resistência política.

#### **4. Educação e identidade étnico-racial: limites e desafios da escola tradicional**

A educação ocupa papel central tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades raciais. Historicamente, a escola brasileira foi estruturada a partir de um currículo eurocentrado, que privilegia determinadas narrativas e silencia outras. Esse modelo educacional contribui para a naturalização do apagamento da história negra e para a fragilização da identidade étnico-racial dos estudantes negros.

A identidade não se constitui como um dado fixo, mas como um processo construído socialmente a partir das representações que circulam nos espaços educativos e culturais. Hall (2003, p. 13) afirma que “as identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados”. Quando a escola ignora a história e a cultura afro-brasileira, reforça a ideia de que a população negra ocupa um lugar marginal na sociedade.

Apesar do avanço normativo representado pela Lei 10.639/03, sua efetivação ainda se revela insuficiente em muitos contextos. Paradoxalmente, mesmo após mais de duas décadas de sua promulgação, observa-se que sua aplicação ocorre de forma fragmentada e descontextualizada. Gomes (2012, p. 98) ressalta que “a implementação da lei exige compromisso político, formação docente e valorização dos saberes produzidos pelas comunidades negras”. Desse modo, a escola, ao não assumir plenamente esse compromisso, contribui para a reprodução das desigualdades raciais e limita seu potencial de promover uma educação verdadeiramente antirracista.

## 5. Reexistência cultural como estratégia de enfrentamento do Racismo

A noção de recriação cultural e histórica permite compreender que a população negra não apenas resiste às violências produzidas ao longo do tempo, mas reinventa continuamente suas formas de existir, educar e produzir conhecimento. Esse processo articula cultura, memória e ação política, tensionando as estruturas que sustentam o racismo estrutural e instaurando outras possibilidades de organização social.

Tal dinâmica evidencia que o enfrentamento ao racismo não pode se restringir a discursos institucionais ou ações pontuais. Pelo contrário, demanda o reconhecimento e o fortalecimento das práticas culturais e educativas produzidas pela própria população negra, as quais expressam saberes historicamente construídos. Nesse sentido, Santos (2022) evidencia que o enfrentamento das desigualdades raciais exige o reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra para a formação social do país. No contexto de Parintins, a afirmação cultural afrodescendente configura-se como um projeto coletivo de construção identitária, justiça social e reconhecimento histórico. Ao situar a cultura negra como elemento central da formação social amazônica, esse movimento promove transformações duradouras nas relações sociais, contribuindo para a consolidação de uma sociedade mais plural, democrática e comprometida com a equidade racial.

## Conclusões

A trajetória analítica construída neste trabalho reafirma que a invisibilização histórica da população negra em Parintins não é fruto do acaso, mas resultado de um processo estrutural profundamente enraizado na formação da sociedade brasileira. Herdado do projeto colonial,

esse processo produziu o apagamento de memórias, a subalternização de saberes e a negação sistemática das contribuições negras e afro-indígenas para a constituição social, cultural e educativa do município (Matos, 2021; Santos, 2022). Tal dinâmica confirma o que Antônio Bispo (2015) define como colonização enquanto um processo contínuo, que se reinventa no tempo, ao afirmar que “a colonização, que aqui chegou com os portugueses, reciclou-se, aprimorou-se e mantém-se atualizada” (BISPO, 2015, p. 47).

Essa perspectiva permite compreender que o racismo e a exclusão cultural não são apenas heranças históricas, mas estruturas que seguem operando no presente, produzindo desigualdades e silenciamentos. Ao definir a colonização como um conjunto de práticas sistemáticas, (Bispo, 2015, p. 47) afirma que ela envolve “processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra”. Essa leitura dialoga com Bourdieu (2004) e Nascimento (1980), ao evidenciar que a negação da história e da cultura negra constitui uma forma de violência simbólica que compromete a construção da identidade e do pertencimento das populações historicamente marginalizadas.

No entanto, a história da população negra não se resume à violência e à exclusão. Ela é também marcada por processos contínuos de resistência e reinvenção cultural. Nesse sentido, as práticas culturais, educativas e religiosas afrodescendentes desenvolvidas em Parintins, especialmente nos espaços de religiosidade de matriz africana, expressam a força de uma reexistência que transforma dor em memória, exclusão em pertencimento e silenciamento em voz ativa. Como afirma (Bispo, 2015, p. 48), as resistências dos povos tradicionais se manifestam na defesa “dos territórios, dos símbolos, das significações e dos modos de vida praticados nesses territórios”. Essa compreensão dialoga com Gomes (2017; 2019), ao reconhecer os saberes negros como projetos próprios de vida, educação e humanidade.

A educação afro-indígena vivenciada em espaços não formais, como o Centro de Umbanda analisado, revelou-se um território potente de formação humana, política e identitária. Nesses espaços, crianças aprendem que sua ancestralidade é fonte de saber, orgulho e dignidade, rompendo com narrativas coloniais que historicamente deslegitimaram esses conhecimentos. (Bispo, 2015, p. 81) contribui para essa compreensão ao afirmar que os saberes quilombolas se organizam a partir da “biointeração, comum aos quilombos, aos terreiros das religiões de matriz africana, à capoeira e a outras expressões dos povos tradicionais”, o que evidencia uma pedagogia baseada na coletividade, na ancestralidade e na relação com a vida.

Além disso, o autor destaca a relação entre passado, presente e futuro como um processo dialógico, ao afirmar que “o presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro” (BISPO, 2015, p. 19). Essa perspectiva reforça o papel da educação na reconstrução da memória histórica e na produção de novos horizontes de existência, sobretudo em contextos marcados pelo racismo e pela intolerância religiosa.

Dessa forma, a reexistência cultural afrodescendente em Parintins pode ser compreendida como uma prática contra-colonizadora, que rompe com o silenciamento histórico e reafirma a centralidade da memória negra na construção da identidade local. Ao reconhecer essas manifestações como saberes vivos, a educação assume papel fundamental no enfrentamento ao racismo e na promoção de uma formação comprometida com a justiça social e o reconhecimento da diversidade cultural.

Para o campo da Pedagogia, esse debate assume caráter central, pois exige uma formação docente comprometida com a valorização das culturas afro-indígenas, com a efetivação da Lei 10.639/03 e com a superação de práticas educativas eurocentradas. Assim, estudar a reexistência cultural afro-indígena não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso ético e político com a construção de uma educação libertadora, equitativa e profundamente humana, capaz de transformar a escola em um espaço de memória, pertencimento e reconhecimento.

#### **Referência:**

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

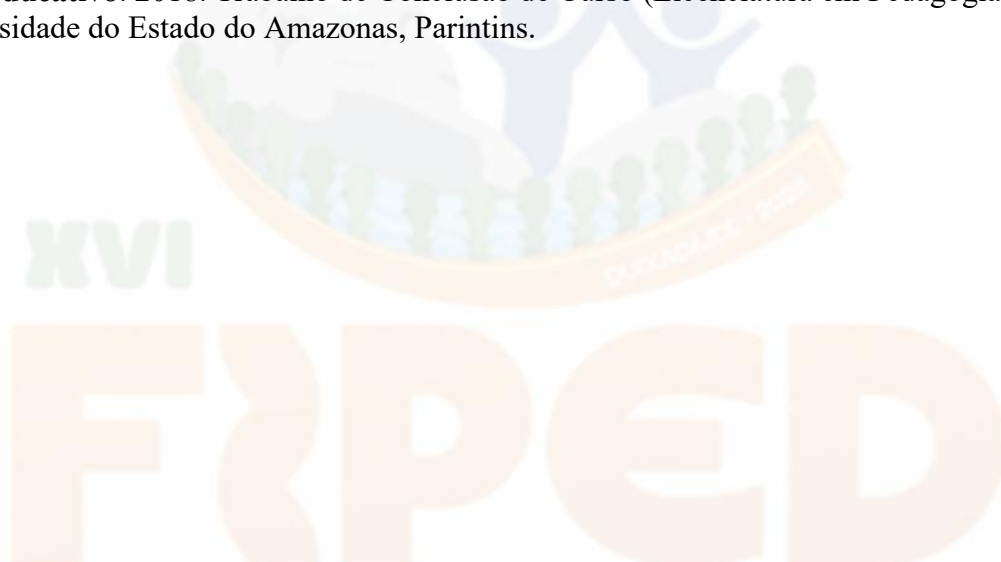
EDUCAÇÃO, **manifestações culturais e resistência: desafios à educação contemporânea**. 2017.

GOMES, Jéssica D. M. **Educação e cultura no contexto amazônico**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas.

MATOS, Jéssica. **Educação, identidade e resistência no contexto amazônico**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Amazonas.

SILVA, Ana Caroline. **Cultura, território e reexistência na Amazônia**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas.

SILVA, Roberlan Melo da. **O terreiro de Umbanda “Janaína e Ogum Beira-Mar” como locus educativo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia